

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Iguçu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

T +55 51 3086-2600

Aos Administradores e Acionistas da
Polo Films Indústria e Comércio S.A.
Montenegro – RS

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Polo Films Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Polo Films Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

Adiantamento para futuro aumento de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha registrado em seu patrimônio líquido, na rubrica de adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$ 466.454 mil (R\$ 451.001 mil em 2019) que se refere a parte do saldo de debêntures mencionadas na Nota Explicativa nº 18, no entanto, de acordo com as normas contábeis, esta operação não possui todos os critérios necessários para registro no patrimônio líquido, possuindo assim características de dívida. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante está a menor, e o patrimônio líquido está a maior naquele montante.

Quebra de *covenants*

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (Índices financeiros – *covenants*) de contrato das debêntures em 31 de dezembro de 2020 e não obteve o *waiver* dentro do exercício social, fato este que acarretou o vencimento antecipado das obrigações no montante de R\$ 666.912 mil, dos quais R\$ 18.833 estão classificados no passivo circulante, R\$ 181.625 mil no passivo não circulante e R\$ 466.454 mil, estão no classificados no Patrimônio líquido . De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que a Companhia não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após essa data, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada naquela data para o passivo circulante. Consequentemente, o passivo circulante (individual e consolidado) está apresentado a menor em R\$ 648.079 mil e o passivo não circulante (individual e consolidado) a maior em R\$ 181.625 mil e o patrimônio líquido a maior em R\$ 466.454 mil, em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações financeiras, que descreve que a Companhia está em desacordo com determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”) constantes em contratos de debêntures, que poderiam exigir o vencimento antecipado dos passivos vinculados a esses contratos. Essas situações, indicam a existência de incerteza significativa que poderia levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em razão dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram anteriormente auditados por nós e emitimos relatório, datado em 14 de abril de 2020, com ressalva quanto ao adiantamento para futuro aumento de capital e quebra de *covenants*.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho das auditorias do grupo e, conseqüentemente, pela opinião da auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de abril de 2021



Romeu Sabino da Silva
CT CRC 1RS-071.263/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Ativo circulante	Notas	ATIVO		Consolidado	
		Controladora			
		2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	795	3.565	2.122	6.841
Aplicações financeiras	-	-	-	18.428	-
Contas a receber de clientes	7	103.206	124.641	60.938	71.988
Estoques	8	63.050	54.208	80.791	66.291
Impostos a recuperar	9	5.024	2.211	13.816	23.103
Outras contas a receber	11	17.569	7.495	17.569	7.495
Total do ativo circulante		189.644	192.120	193.664	175.718
Contas a receber de clientes LP	-	-	-	-	3.249
Bens destinados a venda	10	3.080	3.080	3080	3080
Impostos a Recuperar LP	9	1.304	854	1.304	854
Partes Relacionadas	12	5.321	2.318	-	-
Depositos Judiciais	-	21	-	21	-
Imobilizado	13	164.625	174.250	164.626	174.250
Total do ativo não circulante		174.351	180.502	169.031	181.433
Total do ativo		363.995	372.622	362.695	357.151
		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivos circulante					
Fornecedores	14	25.605	39.986	26.945	40.865
Empréstimos e Financiamentos	17	8.315	30.913	8.315	30.913
Passivo de arrendamento	5	907	907	907	907
Impostos a recolher	15	7.003	4.770	7.003	4.770
Salários e encargos sociais	16	9.681	5.815	9.681	5.815
Debêntures	18	18.833	32.800	18.833	32.800
Outras contas a pagar	19	11.219	4.124	11.378	4.743
Total do passivo circulante		81.563	119.315	83.062	120.813
Empréstimos e Financiamentos LP	17	1.854	1.854	1.854	1.854
Passivo de arrendamento	5	6.882	6.883	6.882	6.883
Provisão para perda de investimento	20	2.799	16.969	-	-
Debêntures LP	18	181.625	173.896	181.625	173.896
Total do passivo não circulante		193.160	199.602	190.361	182.633
Patrimônio líquido	22				
Capital social	-	641	641	641	641
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	466.454	451.000	466.454	451.000
Reserva de capital	-	80.744	55.922	80.744	55.922
Prejuízos acumulados	-	(458.567)	(453.858)	(458.567)	(453.858)
Total do patrimônio líquido		89.272	53.705	89.272	53.705
Total do passivo		274.723	318.917	273.423	303.446
Total do passivo e patrimônio líquido		363.995	372.622	362.695	357.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida	23	609.206	483.029	608.529	491.709
Custos das mercadorias vendidas	24	(521.435)	(442.461)	(515.641)	(447.275)
Lucro bruto		87.771	40.568	92.888	44.434
Despesas com vendas	25	(10.996)	(4.514)	(11.015)	(4.546)
Despesas gerais e administrativas	25	(17.932)	(11.398)	(17.814)	(12.392)
Outras receitas e (despesas)	25	4.352	7.718	(1.016)	468
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.799)	(9.134)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		60.396	23.240	63.043	27.964
Receitas financeiras	26	508	260	602	599
Despesas financeiras	26	(38.780)	(48.483)	(41.521)	(53.546)
Resultado financeiro líquido		(38.272)	(48.223)	(40.919)	(52.947)
Prejuízo antes dos impostos		22.124	(24.983)	22.124	(24.983)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	(2)	-	(2)
Prejuízo do exercício		22.124	(24.985)	22.124	(24.985)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do exercício	22.124	(24.985)	22.124	(24.985)
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>22.124</u>	<u>(24.985)</u>	<u>22.124</u>	<u>(24.985)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social subscrito	Capital a integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	651	(10)	425.497	31.896	(404.848)	53.186
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	25.504	-	-	25.504
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(24.985)	(24.985)
Incentivos fiscais	-	-	-	24.027	(24.027)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	651	(10)	451.001	55.923	(453.860)	53.705
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	15.453	-	-	15.453
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	22.124	22.124
Incentivos fiscais	-	-	-	24.821	(26.831)	(2.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	651	(10)	466.454	80.744	(458.567)	89.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	22.124	(24.985)	22.124	(24.985)
Ajustes para:				
Depreciação	31.630	28.715	31.630	28.715
Resultado de equivalência patrimonial	2.799	9.134	-	-
Despesas financeiras debêntures	22.230	41.730	22.230	41.730
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	4.655	3.834	4.655	3.834
Provisão para perdas nos estoques	-	638	-	60
Partes Relacionadas	(14.170)	-	(14.170)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	2	-	2
Baixas de bens do ativo imobilizado	-	-	-	-
Provisão/ (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	3.791	-	3.791	(149)
Variações nos ativos e passivos				
Estoques	(8.842)	4.847	(14.500)	1.270
Contas a receber de clientes	17.644	(40.954)	10.508	(14.667)
Outras contas a receber	(10.095)	(3.045)	(10.095)	(3.045)
Tributos a recuperar	(3.263)	(1.205)	8.837	(13.369)
Outros contas a pagar	7.095	(620)	6.635	(2.163)
Impostos a recolher	2.233	1.379	2.233	1.379
Partes relacionadas	(3.003)	(1.686)	(1.460)	-
Fornecedores	(14.381)	(9.529)	(13.920)	(9.778)
Salários e encargos sociais	3.866	1.342	3.866	1.342
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	64.313	9.597	62.364	10.176
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	26.793	43.124	26.793	43.124
Pagamento de empréstimos	(54.046)	(13.710)	(54.046)	(13.710)
Pagamento de passivo de arrendamento	-	(1.181)	-	(1.181)
Estorno de crédito Fundopem	(2.011)	-	(2.011)	-
Pagamento de juros das debêntures	(15.813)	(18.965)	(15.813)	(18.965)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	(45.077)	9.268	(45.077)	9.268
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(22.006)	(17.590)	(22.006)	(17.590)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	(22.006)	(17.590)	(22.006)	(17.590)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(2.770)	1.275	(4.719)	1.854
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.565	2.290	6.841	4.987
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	795	3.565	2.122	6.841
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(2.770)	1.275	(4.719)	1.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma informado)

1. Contexto operacional

A Polo Films Indústria e Comércio S.A. “Companhia” é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e controlada 100% pela Mais Films Holding S.A., seu endereço comercial e na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 750 18º andar, em São Paulo/SP e sua unidade industrial está localizada na Rodovia BR 386, Km 423, Distrito Industrial de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia foi constituída em 29 de agosto de 2016 e iniciou suas atividades em agosto de 2017, tendo por objeto social a industrialização e comercialização de filmes bi-orientados de polipropileno (BOPP), de embalagens e materiais plásticos em geral, a prestação de serviços relacionados com os seus produtos e participação em outras sociedades, civis ou industriais, a administração, e importação e exportação de bens próprios ou terceiros.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõem que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações nos próximos exercícios.

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2020, prejuízos acumulados no montante de R\$ 453.860, no entanto parte deste prejuízo é decorrente da operação de venda de investimento no exercício de 2017. O prejuízo de 2020 e 2019 tem forte impacto o reconhecimento dos juros das debêntures (vide Nota Explicativa nº 25), no entanto, parte destes juros não acarretam desembolsos imediatos de caixa, tendo sua obrigação no vencimento do contrato, havendo ainda a possibilidade de capitalização desta dívida.

Cumprimento de obrigações contratuais de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em desacordo com determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”), referente à índices financeiros, constantes em contratos de debêntures, que poderiam exigir o vencimento antecipado dos passivos vinculados a esses contratos. No entendimento da Companhia, com base nas tratativas com estas instituições financeiras, existe a expectativa de que tais instituições não solicitarão a antecipação destes passivos, motivo pelo qual optou pela não reclassificação para o passivo circulante o montante de R\$ 624.896.

Incorporação Sul Riograndense Comercio de Embalagens e Derivados Plásticos

Em 30 de junho de 2020 a Companhia Sul Rio Grandense Comércio de Embalagens e Derivados Plásticos S.A (SRG), até então controlada da Polo Films S/A, foi incorporada por sua controladora. A Polo films sucedeu a SRG em todos os direitos e obrigações, sendo assim transferidos à incorporadora todos os elementos dos ativos e dos passivos da incorporada. A SRG foi extinta, e por consequência, as ações representativas do seu capital social foram extintas e canceladas, permanecendo o capital social da Polo Films inalterado, observado o disposto nas cláusulas 7 e 8 do Protocolo de Justificação e Incorporação.

Impactos da Covid-19

A Empresa adotou de imediato controles rigorosos na gestão de pessoas para a saúde, bem estar e segurança do trabalho, de maneira que não houve impactos significativos na mão de obra operacional. Para os funcionários que poderiam trabalhar em regime de Home Office a empresa adotou este critério, com o intuito de reduzir os números de colaboradores expostos nas instalações da Empresa. Diante disso não houve paralização das atividades e tampouco redução de capacidade produtiva. A Companhia não utilizou os benefícios do Governo com relação a MP927 para antecipação de férias e a MP936 para suspensão de contratos de trabalho.

No relacionamento com clientes e fornecedores não houve efeitos negativos significativos nos fluxos de caixa da Companhia.

2. Entidades do grupo

Em 30 de junho de 2020, em um processo de reorganização societária a empresa incorporou sua controlada Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A., tendo sua operação de distribuição assumida pela Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticas Ltda.

Em 31 de dezembro de 2020, as entidades do grupo econômico são as seguintes:

Controladas	Nota explicativa	País	Participação acionária
Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticas Ltda.	19	Brasil	96%

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com observâncias aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 06 de abril de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise de recuperabilidade dos Imóveis a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Tributos

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, seu desempenho pode ser adversamente afetado, independente do respectivo resultado final.

A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

4. Principais políticas contábeis

a) Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

O investimento da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais compreende suas participações em controladas.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminadas contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data da apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moeda estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, classificados na categoria de aplicações financeiras e recebíveis.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, por meio do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva).

Os passivos financeiros Companhia incluem principalmente fornecedores e contas a pagar. Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras pré-fixadas, e com baixo risco de variação no valor de mercado, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

c) Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo do ativo imobilizado inclui fastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado com parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação com o valor contábil do item), são reconhecidos em outras despesas e receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Máquinas, equipamentos e instalações da Companhia requerem inspeções, substituições de componentes e outras manutenções em intervalos regulares. A Companhia realiza paradas programadas em intervalos regulares para realizar essas atividades. Estas paradas podem envolver a planta como um todo, parte dela, ou mesmo equipamentos relevantes. Paradas que ocorrem a cada período maior, são geralmente realizadas para a manutenção de plantas industriais como um todo. Os gastos de cada parada programada são agregados aos itens do ativo imobilizado objetos da parada e são totalmente depreciados até o início da seguinte correspondente parada. Os gastos com mão de obra própria, o consumo dos pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados no resultado, quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é conhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas anuais estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	4% ao ano
Máquinas e equipamentos	10% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano
Equipamento de computação	20% ao ano
Benfeitorias	4% ao ano
Instalações, ferramentas e instrumentos	10% ao ano
Peças e materiais de reposição	10% ao ano

e) Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantido para venda ativos intangíveis e imobilizados não são mais amortizados ou depreciados.

f) Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando: **(i)** a obrigação de performance ao transferir as mercadorias estiverem satisfeitas; **(ii)** for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Companhia; **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e **(v)** o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

g) Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.

h) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando da ocorrência de efeitos relevantes, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Impostos de renda e tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(iii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

j) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i)** A Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida, resultante de eventos passados;
- (ii)** É provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente;
- (iii)** Quando o valor pode ser estimado com razoável segurança.

5. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos mercantis, de maneira que o arrendatário reconhecerá o direito de uso e a obrigação para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as características que estão no alcance da isenção da norma. A Companhia aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019 considerando retrospectivamente o efeito cumulativo na data da adoção inicial. Foi utilizado o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamentos, ou seja, não foram considerados contratos cujo ativo subjacente foi considerado de baixo valor na data da adoção inicial.

A Companhia possui seis contratos de arrendamentos, dos quais um refere-se a aluguel de imóvel, três referem-se a aluguel de máquinas e equipamentos, um refere-se a aluguéis de veículos e um refere-se a aluguéis de itens utilizados nas instalações. Para este último, a Companhia utilizou o expediente prático de bens de baixo valor, logo não foi valorizado.

O prazo de arrendamento para o cálculo do IFRS 16 foram os explícitos nos contratos de arrendamento, conforme combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

Os fluxos de pagamento do aluguel do imóvel e dos demais contratos de arrendamento valorizados, são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto incremental de 8,42% a.a. e 16,94% a.a., respectivamente, visto que melhor refletem a taxa a ser obtida pela Companhia para obter ativos similares, considerando prazos e garantias semelhantes aos contratos.

O impacto da adoção inicial do IFRS 16/ CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 está apresentado a seguir:

	Consolidado
Direito de uso de arrendamento	8.486
Passivos de arrendamento	8.486

Os impactos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 foram:

	Consolidado 2019
Ativo não circulante	
Direito de uso de arrendamento	8.486
Depreciação do direito de uso	(871)
Passivo circulante	
Financiamentos de curto prazo	2.063
Encargos financeiros a transcorrer de curto prazo	(1.156)
Total	907
Passivo não circulante	
Financiamentos de longo prazo	12.302
Encargos financeiros a transcorrer de longo prazo	(5.419)
Total	6.883

Os montantes reconhecidos no resultado do exercício decorrentes da aplicação da norma estão apresentados nas Notas Explicativas nº 23 – Custo da mercadoria vendida e nº 25 - Resultado financeiro líquido.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa em espécie	13	12	13	12
Contas correntes	782	3.080	2.109	6.356
Aplicação financeira	-	431	18.248	431
Disponibilidades em moeda estrangeira	-	42	-	42
Total	795	3.565	20.550	6.841

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente ao Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados a taxa média de 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber clientes MI	4.143	909	42.486	50.575
Contas a receber clientes ME	22.243	24.510	22.243	24.510
Contas a receber Partes Relacionadas (Nota Explicativa nº 11)	80.611	99.002	-	-
Outras partes relacionadas (Nota Explicativa nº 11)	-	220	-	220
(-) Adiantamento de Contrato de Exportação (ACE)	-	-	-	-
(-) Perda para crédito de liquidação duvidosa	(3.791)	-	(3.791)	(68)
Total	103.206	124.641	60.938	75.237
Ativo circulante	103.206	124.641	60.938	71.988
Ativo não circulante	-	-	-	3.249

A perspectiva de realização dos recebíveis é dada como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	74.283	91.826	51.957	64.173
Vencidos de 1 a 30 dias	24.915	25.372	6.775	5.402
Vencidos de 31 a 60 dias	2.028	4.932	1.217	305
Vencidos de 61 a 90 dias	1	434	580	175
Vencidos a mais de 90 dias	1.979	2.077	409	5.182
Total	103.206	124.641	60.938	75.237

Perdas para Crédito de Liquidação duvidosa (PCLD)

A Companhia efetuou com base nas novas normas (CPC48 e/ou IFRS 09), análises referentes a possível impacto sobre seus recebíveis. Visto a Companhia não possuir histórico de perdas e/ou inadimplência relevantes, a Administração julgou por não ser necessária constituição de PCLD na controladora, bem como julgou como suficiente a provisão ora constituída no consolidado.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Matéria prima	16.922	10.680	16.922	10.680
Produtos acabados/mercadorias	12.426	9.620	30.167	21.703
Produtos em elaboração	4.514	3.352	4.514	3.352
Embalagem e auxiliares de produção	3.399	1.772	3.399	1.772
Almoxarifado	9.773	9.375	9.773	9.375
Material em terceiros	10.126	11.334	10.126	11.334
Material em trânsito	(755)	1.251	(755)	1.251
Material de reposição	8.269	7.491	8.269	7.491
(-) Provisão para perda em estoque	(1.623)	(667)	(1.623)	(667)
Total	63.050	54.208	80.791	66.291

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a recuperar	-	-	2.435	2.574
IPI a recuperar	-	-	2.635	9.278
Reintegra	809	613	809	613
PIS a recuperar	466	206	1.103	1.795
Cofins a recuperar	3.227	1.069	6.159	8.390
Outros tributos a recuperar	522	323	676	453
Ativo circulante	5.024	2.211	13.816	23.103
ICMS a recuperar Imobilizado	1.304	854	1.304	854
Ativo não circulante	1.304	854	1.304	854
Total	6.328	3.065	15.120	23.957

10. Ativos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Planta desativada				
Terrenos	1.157	1.157	1.157	1.157
Edifícios industriais	1.880	1.880	1.880	1.880
Benfeitorias	43	43	43	43
Total	3.080	3.080	3.080	3.080

Dos ativos assumidos pela Companhia, foi recebida uma planta desativada na localidade de Varginha – MG, que a administração não tem intenção de uso e reclassificou a mesma para bens mantidos para venda no valor de R\$ 3.080.

Os bens destinados a venda, estão registrados pelo custo, líquidos de depreciação acumulada ou valor líquido estimado da realização, do dois o menor.

11. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a fornecedores	14.262	5.408	14.262	5.408
Despesas antecipadas	2.830	1.678	2.830	1.678
Outros créditos	477	409	477	409
Total	17.569	7.495	17.569	7.495

12. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da Administração

A Administração da Companhia, que contempla a diretoria, obteve como remuneração em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 2.390.000 (dois milhões e trezentos e noventa mil reais) na controladora, registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e sua controlada não possuem outros tipos de remuneração ao pessoal-chave da Administração, tais como, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Outras transações com partes relacionadas:

	2020	2019
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 6)		
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	-	99.002
Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticas Ltda.	80.611	-
Polo Indústria e Comércio S/A	-	220
Total	80.611	99.222
Ativo não circulante		
Partes relacionadas		
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	-	2.318
Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticas Ltda.	5.321	-
Total	5.321	2.318
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota Explicativa nº 13)		
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	-	282
Total	-	282
Resultado do exercício		
Receita bruta (Nota Explicativa nº 22)		
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	-	461.675
Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticas Ltda.	255.154	-
Total	255.154	461.675
Custo das mercadorias vendidas		
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	-	162
Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticas Ltda.	255.154	-
Total	255.154	162

Os saldos das transações entre partes relacionadas são decorrentes de vendas de produtos, visto que a controlada Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda. revende os produtos industrializados pela Companhia. Essas transações são efetuadas em condições acordadas entre as partes e poderiam ser diferentes se realizadas com terceiros.

13. Imobilizado

Custo do imobilizado	Controladora e Consolidado				
	2019		2020		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	60.585	-	-	-	60.585
Máquinas e equipamentos	368.099	-	-	20.913	389.012
Instalações, ferramentas e instrumentos	53.627	-	-	752	54.379
Móveis e utensílios	1.996	-	-	25	2.020
Equipamentos de computação	3.176	9	-	-	3.185
Terrenos	165	-	-	-	165
Benfeitorias	2.182	-	-	626	2.808
Softwares	1.072	-	-	292	1.364
Obras em andamento	15.091	21.998	-	(22.609)	14.479
Direito de uso - IFRS 16	8.486	-	-	-	8.486
Total	514.479	16.590	-	-	536.484

Depreciação	Controladora e Consolidado				
	2019		2020		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Edificações	(40.793)	(1.334)	-	-	(42.137)
Máquinas e equipamentos	(251.810)	(24.089)	-	-	(275.899)
Instalações, ferramentas e instrumentos	(41.841)	(2.748)	-	-	(44.589)
Móveis e utensílios	(1.814)	(62)	-	-	(1.876)
Equipamentos de computação	(2.327)	(279)	-	-	(2.606)
Benfeitorias	(769)	(79)	-	-	(848)
Material de reposição	-	(3.000)	-	-	(3.000)
Softwares	(4)	(28)	-	-	(32)
Direito de uso - IFRS 16	(871)	-	-	-	(871)
Total	(340.229)	(31.630)	-	-	(371.859)
Saldo líquido do ativo imobilizado	174.250	(9.623)	-	-	164.625

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	19.513	35.774	20.853	36.935
Fornecedores estrangeiros	6.091	3.930	6.091	3.930
Fornecedores partes relacionadas	-	282	-	-
Total	25.605	39.986	26.945	40.865

15. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IPI a recolher	4.854	3.507	4.854	3.507
ICMS a recolher	2.064	1.206	2.064	1.206
Outros impostos	85	57	85	57
Total	7.003	4.770	7.003	4.770

16. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de férias	2.553	2.154	2.553	2.154
Provisão de encargos sociais sobre férias	896	788	896	788
Provisão PPR	4.813	1.587	4.813	1.587
INSS a recolher	774	667	5	667
IRRF a recolher	397	328	582	328
FGTS a recolher	221	195	(167)	195
Outras obrigações trabalhistas	27	96	999	96
Total	9.681	5.815	9.681	5.815

17. Empréstimos e financiamentos

	% - taxa média	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ACC	8% a.a.	8.315	17.913	8.315	17.913
CCE/CCB	De 7,89% a.a. a 11,06% a.a.		13.000	-	13.000
FINIMP	5,63% a.a.	1.854	1.854	1.854	1.854
Total		10.169	32.767	10.169	32.767
Passivo circulante		8.315	30.913	8.315	30.913
Passivo não circulante		1.854	1.854	1.854	1.854

18. Debêntures

Descrição	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Controladora		Consolidado	
				2020	2019	2020	2019
Debêntures PLIN (i)	100% do CDI + 2% a.a.	1º de outubro de 2027	249.947	86.224	88.891	86.224	88.891
Debêntures PORG (i)	100% do CDI + 2% a.a.	1º de outubro de 2027	331.281	114.234	117.805	114.234	117.805
Total				200.458	206.696	200.458	206.696
Circulante				18.833	32.800	18.833	32.800
Não circulante				181.625	173.896	181.625	173.896

As principais características das debêntures são apresentadas a seguir:

Título de dívida	Emissão	Vencimentos	Indexador	Quantidade	Valor	Amortizações	Garantias
Debêntures				248.251	286.864		Penhor de ações Polo Films, hipoteca do imóvel de Varginha, hipoteca do imóvel de Montenegro, cessão fiduciária de direitos creditórios - Sul Rio-Grandense e cessão fiduciária de direitos creditórios - Polo Films. Adicionalmente fiança pela Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.
1ª Série		01/10/2024	CDI+2% a.a.	27.081	26.225	Mensalmente a partir de 01/11/2018	
2ª Série	21/06/2017	01/10/2027		54.162	59.999		
3ª Série		01/10/2027		68.975	82.865		
4ª Série		01/10/2027		98.033	117.774		
Debêntures				329.313	380.048		
1ª Série		01/10/2024	CDI+2% a.a.	35.925	34.745	Mensalmente a partir de 01/11/2018	
2ª Série	21/06/2017	01/10/2027		71.847	79.489		
3ª Série		01/10/2027		78.321	93.973		
4ª Série		01/10/2027		143.220	171.841		

Abaixo demonstramos a movimentação de saldo das debêntures:

Movimentação das debêntures	31/12/2019				31/12/2020
	Saldo inicial	Apropriação de juros	Aporte de Capital	Pagamento de principal	Saldo final
Debêntures 1ª Emissão	88.091	4.118	-	(6.785)	86.224
Debêntures 2ª Emissão	117.805	5.456	-	(9.028)	114.233
Total movimentação	206.696	9.575	-	(15.813)	200.458

Movimentação das debêntures	31/12/2018				31/12/2019
	Saldo inicial	Apropriação de juros	Aporte de Capital	Pagamento de principal	Saldo final
Debêntures 1ª Emissão	90.086	20.595	(10.969)	(10.821)	88.891
Debêntures 2ª Emissão	119.349	21.135	(14.535)	(8.144)	117.805
Total movimentação	209.435	41.730	(25.504)	(18.965)	206.696

Movimentação das debêntures	31/12/2017				31/12/2018
	Saldo inicial	Apropriação de juros	Aporte de capital	Pagamento de principal	Saldo final
Debêntures 1ª Emissão	256.304	18.814	(182.998)	(2.034)	90.086
Debêntures 2ª Emissão	339.616	24.929	(242.499)	(2.696)	119.349
Total movimentação	595.920	43.743	(425.497)	(4.730)	209.435

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros.

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

Em 31 de dezembro de 2020, o financiamento proveniente da emissão de sua segunda Debênture possuía as seguintes cláusulas restritivas:

Vencimento antecipado e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

- a) Inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias pela emissora aos debenturistas;
- b) Decretação de vencimento antecipado de quaisquer outros instrumentos financeiros que somadas superem R\$ 3 milhões ou, individualmente, supere R\$ 2 milhões;
- c) Atribuição de materialidade incorreta para as garantias;
- d) Alienação de bens que ultrapasse 10% do total de ativos ou R\$ 5 milhões de reais sem a anuência prévia dos debenturistas;
- e) Cisão, fusão ou incorporação sem anuência prévia dos debenturistas;
- f) Modificações no controle societário;
- g) Redução de capital social;
- h) Protesto de títulos com valor individual ou somado maior que R\$ 3 milhões;
- i) Solicitação por parte da Emissora de moratória, suspensão de pagamento, recuperação judicial, extrajudicial ou falência;
- j) Encerramento das atividades empresariais;
- k) Mudança relevante de condições econômicas, conforme Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002.
- l) No caso da irregularidade no uso do Imóvel de Varginha e/ou Imóvel de Montenegro

Conforme 5º Aditamento a escritura de emissão da debênture, a Companhia é requerida a apresentar os índices financeiros, tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, relativas a 31 de dezembro de 2020.

Covenants financeiros de "Dívida Líquida/Ebitda" que não poderá ser superior a 4,5 (quatro inteiros e uma metade); e de Dívida Máxima que não poderá exceder 200 milhões. Conforme Nota Explicativa nº 1, a Companhia incorreu em descumprimento dos *covenants* relacionados a índices, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras provisões	4.052	2.101	4.052	2.101
Provisão de fretes	123	421	209	925
Fornecedores de imobilizado	36	96	36	96
Adiantamentos de clientes	574	863	606	935
Outras contas a pagar	6.434	643	6.474	686
Total	11.219	4.124	11.378	4.743

20. Provisão para perda de investimento

Investimento em controlada

Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda.

Movimentação

2020

Participação inicial na data de aquisição	-
Equivalência patrimonial	2.799
Provisão para perda em investimento	2.799

Composição do investimento

	Capital social	Quantidade de ações ordinárias	Participação	Total do ativo da investida	Resultado da investida	Patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2020	Proporcional Polo Films	Valor em 31 de dezembro de 2020
(Polo Films Importação)	0,5	500	96%	84.631	(2.799)	(2.799)	(2.799)	(2.799)

Incorporação Reversa Sul Rio Grandense Comércio de Embalagens e Derivados Plásticos S.A (SRG)

Em 30 de junho de 2020, a Companhia Sul Rio Grandense Comércio de Embalagens e Derivados Plásticos S.A (SRG), até então controlada da Polo Films S/A, foi incorporada por sua controladora. A Polo films sucedeu a SRG em todos os direitos e obrigações, sendo assim transferidos à incorporadora todos os elementos dos ativos e dos passivos da incorporada. A SRG foi extinta, e por consequência, as ações representativas do seu capital social foram extintas e canceladas, permanecendo o capital social da Polo Films inalterado, observado o disposto nas cláusulas 7 e 8 do Protocolo de Justificação e Incorporação.

“Cláusula 7 - A Operação será feita nos termos do § 3º, do artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações, de forma que a totalidade do patrimônio da SRG será absorvida pela Polo Films, resultando (i) no cancelamento de todas as 10.000 (dez mil) ações que compõem o capital social da Incorporada e (ii) na extinção da Incorporada.

Cláusula 8: Como não haverá modificação do patrimônio líquido da Incorporadora, não haverá, consequentemente, emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fará necessário o estabelecimento de qualquer relação de troca.”

Segue os efeitos contábeis decorrentes da incorporação:

Resumo dos Efeitos em cada rubrica no Balanço Patrimonial da Polo Films (R\$ mil):

Ativo

Ativo circulante	67.902
Ativo não circulante	3.200
Total	71.102

Passivo

Passivo circulante	85.880
Passivo não circulante	4.985
Pat. Líquido	-19.763
Total	71.102

Ajuste face a existência de Provisão para Perda Investimento na Polo (R\$ mil):

Passivo

Não Circulante	-19.121
Pat. Líquido	
Reserva de Capital	19.121
Total	0

Acervo Líquido ajustado em relação à Provisão de Perda:

Passivo

Não Circulante	
Pat. Líquido	
Reserva de Capital	-642
Total	-642

21. Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais junto a tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises de seus assessores jurídicos, sendo que as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a contabilização dos riscos de perda considerados com prováveis pelos assessores jurídicos ou pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia é parte envolvida em contingências de natureza trabalhista, para as quais os assessores jurídicos reputam com possível a expectativa de perda e, desta forma, não estão provisionadas nas demonstrações financeiras no valor de R\$ 1.044 (R\$ 913 em 2019). A controlada Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda. não possuía nenhuma causa, bem com sua Administração não havia conhecimento de nenhum litígio envolvendo a mesma.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

O capital Social subscrito em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 642 (seiscentos e quarenta e dois mil reais), composto por 642 (seiscentos e quarenta e dois mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. No total a Companhia passa a ter um total de 651 (seiscentos e cinquenta e um mil) ações ordinárias nominativas, sendo que nove mil ações estão a integralizar.

Atualmente 96% das ações da Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda S.A pertencem a sua acionista Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Empresa	Ações ordinárias	Valor (reais)
Polo Films Indústria e Comércio S.A.	1.000	1
Total	1.000	1

22.2. Reserva de capital

Referem-se às parcelas de incentivos fiscais apuradas e acumuladas até 31 de dezembro de 2020.

22.3. Bônus de subscrição

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de setembro de 2017 foram emitidos 383.066 Bônus de Subscrição pela Companhia, se exercidos integralmente, darão direito aos titulares em conjunto a deter um total de 88% do capital social total e votante da Companhia após a emissão das ações em decorrência do exercício dos direitos conferidos pelos respectivos Bônus de Subscrição (Percentual Capital). Na data de emissão o percentual do capital é representado por 4.774.220. A opção de seus titulares poderá ser exercida no período que se inicia na presente data e se encerra após o prazo de 15 anos contados da data de emissão do Bônus de Subscrição. Esses Bônus referem-se as debêntures de série Junior emitidas cujo preço será apurado pelo preço de emissão por cada nova ação – R\$ 80,92x taxa de correção que se refere a 100% do CDI.

22.4. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2020, está registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 466.454 (quatrocentos e sessenta e seis milhões quatrocentos e cinquenta e de reais), referentes a 388.549 debêntures, que deverão ser convertidas em capital no prazo de vencimento das mesmas.

23. Receita líquida

As receitas do grupo são oriundas da comercialização de filmes bi-orientados de polipropileno (BOPP) de embalagens e materiais plásticos em geral, sua composição é dada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Venda de produtos - mercado interno	8.337	11.555	370.117	473.340
Venda de produtos - mercado externo	185.148	136.938	192.707	136.938
Venda de produtos - partes relacionadas (Nota Explicativa nº 11)	573.776	461.675	318.622	-
Receita bruta	767.261	610.168	875.796	610.278
Impostos sobre vendas	(174.198)	(140.075)	(281.282)	(128.420)
Incentivo fiscal	27.692	24.027	27.692	24.027
Despesas armazenagem/outras	(11.548)	(11.091)	(13.677)	(14.176)
Deduções	(158.055)	(127.139)	(267.267)	(118.569)
Receita líquida	609.206	483.029	608.529	491.709

24. Custos das mercadorias vendidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos de materiais	(476.413)	(406.487)	(465.173)	(402.582)
Custos logísticos	(7.779)	(2.345)	(13.225)	(11.720)
Fretes sobre vendas	(6.532)	(5.168)	(6.532)	(5.168)
Depreciações	(30.710)	(28.473)	(30.710)	(28.473)
(Perdas) reversões em estoques	-	12	-	668
Total	(521.435)	(442.461)	(515.641)	(447.275)

25. Despesas por função e natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesa por função				
Despesas com vendas	(17.932)	(11.398)	(17.814)	(12.392)
Despesas gerais e administrativas	(10.996)	(4.514)	(11.015)	(4.546)
Outras receitas e (despesas)	4.352	7.718	(1.016)	468
Total de despesas por função	(24.576)	(8.194)	(29.845)	(16.470)
Despesas por natureza				
Pessoal	(15.567)	(9.602)	(9.602)	(9.602)
Comissões de vendas	(4.041)	(2.468)	(4.041)	(2.468)
Amostras	(1.245)	(1.022)	(1.116)	(1.022)
Manutenção adm. e comercial	(1)	(1)	(1)	(1)
Materiais indiretos adm. e comercial	(9)	(29)	(9)	(29)
Serviços terceiros adm. e comercial	(1.298)	(1.035)	(1.298)	(1.035)
Gastos gerais adm. e comercial	(1.909)	(1.113)	(1.909)	(1.113)
Ganhos na venda de imobilizado	-	33	-	33
Outros resultados não operacionais	(3.636)	-	(3.636)	-
Receita/despesa corporativa <i>intercompany</i>	5.334	7.632	-	-
Outros	(2.205)	(589)	(2.269)	(1.233)
Baixa de investimento	-	-	-	-
Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza	(24.576)	(8.194)	(29.845)	(16.470)

As receitas/despesas corporativas *intercompany* referem-se a notas de débito transacionadas entre a Companhia e sua controlada derivadas de rateio de despesas corporativas.

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	27	-
Variação cambial ativa	39	186	39	186
Juros ativos	470	74	536	413
Total	508	260	602	599
Despesas financeiras				
Juros passivos	(31.263)	(45.083)	(33.950)	(49.837)
Juros de arrendamento - IFRS 16	-	(485)	-	(485)
Variação cambial passiva	(5.086)	(435)	(5.086)	(435)
Despesas bancárias	(2.065)	(859)	(2.119)	(1.084)
Outras despesas	(367)	(1.621)	(367)	(1.705)
Total	(38.780)	(48.483)	(41.521)	(53.546)
Resultado financeiro líquido	(38.272)	(48.223)	(40.920)	(52.947)

27. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto corrente e imposto diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.124	(24.983)	22.124	(24.983)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(7.522)	8.494	(7.522)	8.494
Prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos no exercício	-	(8.494)	-	(8.494)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	-	-
Diferido	-	(2)	-	(2)
Total IRPJ/CSLL	-	(2)	-	(2)
Alíquota efetiva	0%	-	0%	-

28. Instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contra parte das suas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos, atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

b) Risco de liquidez

É aquele que pode vir a ocorrer pelo desequilíbrio entre ativos e obrigações, com o descasamento de prazos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade da Companhia em cumprir as suas obrigações financeiras.

A gestão desse risco é realizada pela Administração, considerando perspectivas de recebimentos e desembolsos futuros, com base em projeções de fluxos de caixa futuros, monitorados continuamente, buscando garantir liquidez suficiente à Companhia para suportar eventuais atrasos ou inadimplências em recebimentos, bem como o equilíbrio entre os fluxos de caixa de recebimentos e pagamentos.

c) Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio.

d) Risco de juros

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variações de variação de taxa de juros (CDI). Com base em projeções de índices para 2019 divulgadas no mercado, a Companhia considerou essas informações para o cenário provável.

Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os ativos e passivos líquidos, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	1,38%	2,06%	2,75%	3,44%	4,13%
IPCA	2,26%	3,39%	4,52%	5,65%	6,78%
IGPM	11,57%	17,36%	23,14%	28,93%	34,71%

Ativos e passivos líquidos	Saldo líquido 31/12/2020	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	913.846	12.611	18.825	25.131	31.436	37.742
IPCA						
IGPM						
Total	913.846	12.611	18.825	25.131	31.436	37.742

Saldos nas demonstrações financeiras consolidadas					Sem indexador
	CDI	IPCA	IGPM		
Caixa e equivalentes de caixa	795	817	-	-	795
Contas a receber de clientes	103.206	106.044	-	-	103.206
Estoques	63.050	64.784	-	-	63.050
Total dos ativos com riscos financeiros	167.051	171.645	-	-	167.051
Fornecedores e partes relacionadas	25.605	26.309	-	-	25.605
Empréstimos e financiamentos	210.627	216.419	-	-	210.627
Passivo de arrendamento	7.790	8.004	-	-	7.790
Obrigações por capital subscrito a integralizar	467.096	479.741	-	-	467.096
Outras contas a pagar	11.219	11.528	-	-	11.219
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-
Total dos passivos com riscos financeiros	722.336	742.201	-	-	722.336
Total dos ativos e passivos líquidos com riscos financeiros	889.388	913,846	-	-	889.388

29. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

- Transportes nacionais – R\$ 900.000,00;
- Responsabilidade civil geral – R\$ 5.000.000,00;
- Responsabilidade civil D&O – R\$ 20.000.000,00;
- Sociedade empresarial – R\$ 484.500.000,00;
- Danos Materiais - R\$ 548.000.000,00;
- Lucros Cessantes - R\$ 53.765.100,00.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

* * *